

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES

Procurador Regional da República

Ex-Procurador Regional Eleitoral de São Paulo

Mestre e Doutor em Direito do Estado

AÇÕES ELEITORAIS

Contra o registro,
o diploma e o mandato

III → **ASPECTOS MATERIAIS E
PROCESSUAIS**

2021



PUBLIQUE
edições

**Ações Eleitorais Contra o registro, o diploma e o mandato
Aspectos materiais e processuais**

Edição e Preparação de Texto

Marisa Amaro dos Reis

Projeto gráfico / diagramação / capa

Edson Colobone

Mônica Landi

Produção

Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Revisão

Elaine Ferraz

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Gonçalves, Luiz Carlos dos Santos

Ações eleitorais contra o registro, o diploma e o mandato : aspectos materiais e processuais
/ Luiz Carlos dos Santos Gonçalves. – São Paulo : Ed. do Autor, 2021.

ISBN 978-65-00-23391-9

1. Direito eleitoral – Brasil; 2. Direito eleitoral – Jurisprudência – Brasil; 3. Direito eleitoral –
Legislação; 4. Direito eleitoral – Legislação – Brasil; 5. Eleições – Brasil; 6. Processo eleitoral I.
Título.

21-76029

CDU-342.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito eleitoral

342.8(81)

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/93

Data de fechamento: 30-7-2021

Publique

Edições

Consolação – São Paulo – SP

WhatsApp: (11) 9 7469-3282 | 9 7668-4254

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

1. INELEGIBILIDADES E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	27
1.1. Inabilitação: inelegibilidade ou ausência de condições de elegibilidade?	29
1.2. As Condições de Elegibilidade na Constituição Federal de 1988	30
1.2.1. Nacionalidade brasileira	31
1.2.2. O pleno exercício dos direitos políticos	32
1.2.3. Direitos Políticos	32
1.2.4. Alistamento eleitoral	38
1.2.5. Domicílio eleitoral na circunscrição	39
1.2.6. Filiação partidária	40
1.2.6.1. Prazo de filiação	42
1.2.7. Idades mínimas	45
1.3. Elegibilidade dos militares	46
1.4. Inelegibilidades constitucionais	47
1.4.1. Analfabetos	48
1.4.2. Inalistáveis	49
1.4.3. Inelegibilidade funcional	50
1.4.3.1. Inelegibilidade advinda da substituição nos seis meses antes do pleito	51
1.4.3.2. A inelegibilidade funcional dos vices	54
1.4.4. Inelegibilidade reflexa	55
1.5. Inelegibilidades legais. A Lei da Ficha Limpa	59
1.5.1. Oito anos a partir de quando?	60
1.5.2. O debate sobre a constitucionalidade das inelegibilidades da Lei da Ficha Limpa	61
1.5.3. Ficha Limpa e alegada ofensa ao Pacto de São José da Costa Rica	67
1.6. Inelegibilidades por perda de cargo	68

1.7. Inelegibilidade por rejeição de contas	75
1.7.1. Controle externo das contas	75
1.7.2. Órgão competente para fins de inelegibilidade.....	77
1.7.3. Irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade adminis- trativa	79
1.8. Inelegibilidade por improbidade administrativa.....	82
1.9. Inelegibilidade por doação ilegal.....	85
1.10. Inelegibilidade por abuso de poder político ou econômico	87
1.11. Inelegibilidade por condenação criminal	90
1.12. Inelegibilidades por condenações eleitorais.....	94
1.13. Inelegibilidades por liquidação judicial ou extrajudicial	95
1.14. Inelegibilidades por simulação de ruptura conjugal.....	95
1.15. Desincompatibilização	96
1.15.1. Exigências constitucionais de desincompatibilização.....	97
1.15.2. Exigências legais de desincompatibilização.....	98
2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DA CANDIDATURA.....	109
2.1. Competência para a Ação de Impugnação	114
2.2. Legitimação ativa	115
2.3. Legitimação passiva	116
2.4. Objeto da ação	117
2.5. Prazo de interposição.....	119
2.6. Rito	121
2.7. Recursos.....	126
3. O RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA	131
3.1. Natureza jurídica: recurso ou ação? A competência para processar e julgar.....	132
3.2. Cabimento.....	136
3.3. O que é superveniente?.....	138
3.4. Até quando podem surgir os fatos supervenientes?	139
3.5. Hipóteses comuns de Recurso Contra a Expedição do Diploma	139
3.6. A exclusividade do RCED para cassação não sancionatória do diploma	142
3.7. Legitimação ativa e passiva.....	143
3.8. Prazo.....	144
3.9. Competência e procedimento	145

3.10. Provas.....	147
3.11. Efeitos da decisão.....	148
3.12. Recursos	152

SEGUNDA PARTE

ABUSO DE PODER

4. O ABUSO DE PODER	157
4.1. Modalidades de abuso de poder.....	160
4.1.1. Abuso de poder político	162
4.1.1.1. O agente público no abuso de poder político.....	163
4.1.1.2. Colaboração entre autoridades e extraneus	165
4.1.1.3. Fraudes no lançamento de candidaturas femininas	166
4.1.1.4. O Abuso do poder religioso	168
4.1.1.5. Abuso de poder por lideranças indígenas?.....	172
4.1.2. Abuso de poder econômico	174
4.1.3. Abuso no uso dos meios de comunicação social	177
4.2. Abuso de poder versus conduta vedada: estilo de tipificação, abrangência e interpretação.....	182
4.3. Ações relativas ao abuso de poder.....	186
4.4. Breve notícia sobre a AIJE	187
 5. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS..	 191
5.1. Enunciação das condutas proibidas.....	193
5.2. Os agentes públicos	195
5.3. Abrangência das vedações e circunscrição em disputa	196
5.4. O momento da conduta	196
5.5. A ressalva das situações de calamidade e emergência.....	198
5.6. Não exclusividade da responsabilização eleitoral.....	200
5.6.1. Condutas vedadas como crimes eleitorais	200
5.6.2. Condutas vedadas como crimes do Código Penal	201
5.6.3. Condutas vedadas como hipóteses de improbidade administrativa.....	202
5.6.4. Condutas vedadas como ofensas à Lei de Responsabilidade Fiscal.....	205
5.7. Responsabilização dos agentes públicos e dos candidatos beneficiados	207
 6. TIPOS DAS CONDUTAS VEDADAS	 211
6.1. Cessão de bens móveis e imóveis para candidatos e partidos.....	211

6.1.1. Permissão excepcional de uso de bens móveis e imóveis para fins políticos.	213
6.2. Uso de materiais ou serviços custeados pelos Governos e Casas Legislativas.	215
6.3. Cessão de servidores públicos para campanhas político-partidárias.....	216
6.4. Entrega gratuita de bens e seu uso promocional.....	218
6.5. Proibição de execução de programas sociais por entidades ligadas a candidato	223
6.6. Contratação, demissão e movimentação de funcionários públicos	224
6.6.1. Nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.....	227
6.6.2. Nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais ou conselhos de contas e dos órgãos da Presidência da República	227
6.6.3. Nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.....	227
6.6.4. Nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.....	228
6.6.5. Transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.....	229
6.7. Repasses financeiros voluntários de uma unidade da federação para outra.....	229
6.8. Propaganda institucional.....	230
6.9. Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão	236
6.10. Despesas com publicidade institucional.....	237
6.11. Revisão geral da remuneração de servidores públicos	239
6.12. Pessoalidade como abuso de poder.....	241
6.13. Vedação dos shows pagos com dinheiro público	242
6.14. Proibição de comparecimento a cerimônias de inauguração de obras públicas	244
6.15. Sanções por conduta vedada.....	247
7. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO	253
7.1. Compra de votos como modalidade de abuso do poder econômico.....	254
7.2. Distinção entre o ilícito civil e o ilícito criminal	256
7.3. Responsabilização exclusiva do candidato.....	257
7.4. Destinatário da vantagem.....	260
7.5. A conduta ilícita	261
7.6. As vantagens	262
7.7. O pedido expresso ou implícito de votos ou abstenção	265

7.8. Consumação do ilícito.....	266
7.9. Desnecessidade de demonstração de potencialidade lesiva.....	267
7.10. Compra de votos, conduta vedada e abuso do poder econômico	267
7.11. A prova na captação ilícita	268
7.12. A captação violenta de sufrágio	270
7.13. A representação por captação ilícita de sufrágio	271

8. PROGRAMAS TELEVISIVOS OU RADIOFÔNICOS COM NOME DE CANDIDATO, APRESENTADOS OU COMENTADOS POR CANDIDATO OU PRÉ-CANDIDATO 273

9. CAPTAÇÃO OU GASTOS ILÍCITOS DE RECURSOS 277

9.1. Financiamento e prestação de contas de campanha	277
9.2. Bem jurídico protegido pelo art. 30-A.....	282
9.3. Conformação do ilícito.....	283
9.4. Distinção com o abuso do poder econômico	287
9.5. Prazo de proposição da representação	288
9.6. Legitimação ativa e passiva	290
9.7. Competência e rito.....	290
9.8. Produção cautelar de provas.....	291

10. O RITO COMUM DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL E DAS REPRESENTAÇÕES CASSATÓRIAS..... 295

10.1. Aplicação do Código de Processo Civil.....	297
10.1.1. Código de Processo Civil e contagem dos prazos no processo judicial eleitoral.....	303
10.2. Termo inicial e final das ações.....	306
10.3. Legitimação ativa	307
10.4. Legitimação passiva	308
10.5. Assistência.....	313
10.6. A atuação do Ministério Público Eleitoral.....	315
10.7. A petição inicial das ações eleitorais	316
10.8. Citação, defesa e aditamento da inicial.....	319
10.9. A suspensão cautelar do ato ilegal.....	321
10.10. A concomitância da Ação de Investigação Judicial Eleitoral e das representações	322

10.11. Instrução do processo.....	324
10.12. As provas na AIJE e nas representações.....	325
10.12.1. A prova emprestada.....	333
10.13. Alegações finais das partes e parecer do Ministério Público.....	337
10.14. Desistência das ações.....	338
10.15. A sentença do juiz eleitoral nas ações de cassação.....	339
10.15.1. A possibilidade de livre apreciação dos fatos públicos, indícios e presun- ções: um debate sobre o papel da Justiça Eleitoral.....	340
10.16. AIJE e as Representações na circunscrição estadual.....	346
10.16.1. Recursos da decisão dos tribunais regionais eleitorais.....	348
10.17. AIJE e as Representações nas eleições para a Presidência da República.....	349

TERCEIRA PARTE

A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

11. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	353
11.1. Campo material da AIME.....	355
11.1.1. Abuso do poder econômico.....	355
11.1.2. Corrupção.....	356
11.1.3. Fraude.....	359
11.2. Legitimação ativa e passiva.....	361
11.3. Prazo.....	363
11.4. Competência.....	364
11.5. Procedimento.....	364
11.6. Efeitos da decisão.....	366
11.7. Recursos das decisões.....	369
11.8. Ações diversas sobre fatos que também autorizam a AIME.....	369

QUARTA PARTE

RECURSOS NAS AÇÕES CONTRA O REGISTRO, DIPLOMA OU MANDATO

12. RECURSOS NAS AÇÕES CONTRA O REGISTRO, O DIPLOMA OU MANDATO.....	377
12.1. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	378
12.2. Legitimidade e assistência.....	378
12.3. Tipicidade dos recursos eleitorais.....	380
12.3.1. Agravo de instrumento nas decisões de tutela?.....	380

12.4. Efeitos dos recursos eleitorais.....	382
12.5. A aplicação parcial e adaptada do Código de Processo Civil	382
12.6. Prazos dos recursos eleitorais.....	383
12.7. Decisões do juiz eleitoral: Embargos de Declaração.....	386
12.7.1. Decisões do juiz eleitoral: o recurso “inominado” do art. 265 do Código Eleitoral	389
12.7.2. Tramitação do recurso no Tribunal Regional Eleitoral.....	391
12.7.3. Decisões do TRE ou TSE: Agravo interno em face do relator.....	392
12.8. O Recurso Ordinário Eleitoral.....	394
12.9. O Recurso Especial Eleitoral	396
12.9.1. Pedido de concessão cautelar de efeito suspensivo.....	405
12.9.2. Fungibilidade recursal	406
12.9.3 O agravo em razão da inadmissão do recurso especial	408
12.9.4. Tramitação do Recurso Especial e do Agravo no Tribunal Superior Eleitoral.....	409
12.10. Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral sobre recurso ordinário e especial:.....	410
12.11. Recurso Ordinário e Extraordinário das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	412
12.11.1. Agravo da inadmissão do recurso extraordinário.....	423
12.12. Recursos eleitorais: visão sinóptica	425

QUINTA PARTE

EFEITOS DA DECISÃO DE PROCEDÊNCIA NAS AÇÕES ELEITORAIS

13. CASSAÇÃO DO REGISTRO, DIPLOMA OU MANDATO NAS AÇÕES ELEITORAIS.	
GERAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. ANULAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DOS VOTOS	431
13.1. Mensuração da gravidade do ilícito.....	432
13.2. Responsabilidade por ato de terceiros.....	438
13.3. Efeitos diretos da negativa ou cassação do registro e da cassação do diploma ou mandato.....	440
13.4. O cumprimento da decisão da Justiça Eleitoral	443
13.5. Anulação dos votos.....	447
13.6. Geração de inelegibilidade.....	450
14. QUADRO SINÓTICO DAS AÇÕES E REPRESENTAÇÕES ELEITORAIS.....	455
Conclusões e Proposições.....	457
Referências.....	459